



## Artigos/Articles

### Por caminhos vacilantes: tradução poética e Linguística Aplicada

*On Vacillating Paths: Poetic Translation and Applied Linguistics*

Vitor Alevato do Amaral<sup>1</sup>

## RESUMO

Este artigo discute a seguinte pergunta: “Há lugar para a tradução poética na Linguística Aplicada?” Essa foi a questão que precisei abordar quando escrevia um projeto de doutorado para o Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Embora a resposta para essa pergunta seja obviamente afirmativa, acredito que é necessário mostrar os argumentos que conduzem a ela. Ao fazer isso, é possível expandir os horizontes éticos da tradução e mostrar a abertura da Linguística Aplicada à literatura. A Linguística Aplicada se interessa pela linguagem como discurso, e a tradução poética é discurso, é linguagem em ação. Este artigo põe em diálogo linguistas aplicados, estudiosos da tradução e da literatura, do Brasil e do exterior, para demonstrar que suas ideias sobre arte e ética estão mais próximas do que se poderia imaginar.

**Palavras-Chave:** tradução poética, Linguística Aplicada, Estudos da Tradução, virada cultural.

## ABSTRACT

*This article discusses the following triggering question: “Is there a place for poetic translation in Applied Linguistics?” That is the question that I had to approach when I was writing a doctoral project for the Interdisciplinary Graduate Program in Applied Linguistics at the Federal University of Rio de Janeiro. Although the answer to that question is obviously affirmative, I believe that it is necessary to show the rationale that leads to it. By doing so, it is possible to expand the ethical horizons of translation and show the openness of Applied Linguistics to literature. Applied linguistics is interested in language as discourse, and poetic translation is discourse, is language at work. This article brings to dialogue applied linguists,*

<sup>1</sup> Universidade Federal Fluminense – UFF. <https://orcid.org/0000-0001-7838-5965>. [vitoramaral@id.uff.br](mailto:vitoramaral@id.uff.br).

*translation and literature scholars, from Brazil and abroad, in order to demonstrate that their ideas about art and ethics are closer than one might think.*

**Keywords:** *poetic translation, Applied Linguistics, Translation Studies, cultural turn.*

*Le monde n'est qu'une branloire perenne.  
(O mundo não passa de eterno movimento.)  
Michel de Montaigne*

## 1. Introdução ao problema

Há lugar para a tradução poética na Linguística Aplicada?

Antes de partir à reflexão, mais do que à resposta, enfatizo que, no presente texto, a palavra “tradução” cobre a prática tradutória em todas as suas possibilidades, como as de ler, escrever e pensar sobre traduções, sem qualquer marcação de valor que crie uma hierarquia entre elas. Embora muito do que compreende este artigo também se relacione a outros tipos de tradução, é preciso também esclarecer que ele trata da tradução poética, entendida, para simplificar, como tradução literária.

O artigo de Anthony Pym, “Why Translation Studies Should Learn to Be Homeless” (Porque os Estudos da Tradução devem aprender a viver sem um teto), passados mais de 25 anos de sua publicação, está desatualizado, mas não datado. Para Pym (1999: 48; minha tradução) pouco importa em que parte do prédio da universidade o pesquisador da tradução está; ele deve “se adaptar aos muitos possíveis lugares da tradução e estabelecer comunicação com tantos outros lugares além destes”. O caminho trilhado pelo autor até chegar a essa constatação, que era e continua polêmica, me interessou enquanto um candidato a doutorando que, em fins de 2008, se perguntava se uma tese sobre tradução poética teria lugar na Linguística Aplicada.

O presente ensaio é uma versão corrigida e ampliada da conferência de encerramento do IX Seminário de Teses e Dissertações e II Seminário de Egressos do Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UFRJ (26–28 de janeiro de 2022), que, por sua vez, origina-se da soma de uma pequena parte de minha tese de doutoramento, *Literalmente Joyce: uma retradução de Dubliners* (2013), com um trabalho apresentado no IX Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada (UFRJ, 2011). Acrescente-se a isso algum amadurecimento conquistado durante os anos que separam o inquieto doutorando do igualmente inquieto pesquisador de hoje.

Voltemos ao artigo de Pym. Antes de afirmar que os Estudos da Tradução deveriam desistir de ter um lugar para chamar de seu, Pym apresenta e problematiza alguns de seus possíveis abrigos. O primeiro lugar que se pensou

que os Estudos da Tradução deveriam ocupar foi a Linguística. De acordo com Pym (1999: 38; minha tradução), “nos anos 1970, acreditava-se que o estudo da tradução pertencesse à linguística”. De fato, a tradução, em boa parte do século XX, parecia pertencer a ela, capaz de dar conta da transferência interlinguística de sentidos, pressuposta como base da operação tradutória. Mas a tradução logo extrapolaria o âmbito da Linguística, embora as contribuições dessa disciplina para o desenvolvimento dos Estudos da Tradução tenham sido fundamentais, como comprovam, por exemplo, a importância de Roman Jakobson para Haroldo de Campos e de Émile Benveniste para Henri Meschonnic. Outra coisa, porém, é abraçar, ainda hoje, uma definição estreita como a de J. C. Catford (1978: 1; minha tradução), para quem tradução é simplesmente “uma operação sobre línguas”, ou seja, “um processo de substituição de um texto em uma língua por um texto em outra”.

Pym (1999: 39) se refere também a opiniões favoráveis a que os Estudos da Tradução se abrigassem na Linguística Aplicada. Mas, na verdade, ele esclarece, o que se propunha era um lugar que tornasse possível a “aplicação da linguística” à tradução. Aliás, o livro de Catford citado acima, publicado em 1968, é subtítulo *An Essay in Applied Linguistics*, referindo-se, na verdade, à aplicação da Linguística.

Outro possível lar para os Estudos da Tradução seria a Literatura Comparada, já que “muitos dos melhores estudos teóricos e históricos sobre tradução têm sido na verdade realizados [nessa área ou em ambientes receptivos] a metodologias comparatistas” (Pym, 1999: 40; minha tradução). Mas se a Literatura Comparada, por um lado, é uma disciplina que não se pauta mais pela comparação em sentido estrito, por outro, como afirmou Susan Bassnett, talvez já tivesse deixado até mesmo de existir como disciplina àquela altura (apud Pym, 1999: 42).

A proposta de Bassnett, então, era a de criação de uma área mais ampla chamada, adivinhem, Estudos da Tradução, que incorporaria a Literatura Comparada como subárea. Um dos seus argumentos era que “muitos dos problemas que os estudiosos da Literatura Comparada não conseguiram resolver estavam sendo resolvidos nos Estudos da Tradução” (Apud PYM, 1999: 43; minha tradução). Pym (1999: 43; minha tradução) discorda de Bassnett por diversas razões, das quais não tratarei aqui, e argumenta que a proposta da estudiosa só pode ter validade como “provocação”, além de perguntar “exatamente quais problemas os Estudos da Tradução resolveram [...]”. A indagação de Pym poderia levar a outra: será papel da Literatura Comparada ou dos Estudos de Tradução resolver algum problema em vez de problematizar?

No fim dos anos 1990, como era talvez de se esperar, restaria os Estudos da Tradução buscar abrigo nos Estudos Culturais. Eu era estudante em transição da graduação para o mestrado quando os Estudos Culturais apareceram no Brasil como uma espécie de salvação da lavoura, deixando claro que não

deveriam ser confundidos com “estudos da cultura”. O que eles são, nunca ficou claro para mim. E, quando volto ao artigo de Pym, cerca de vinte anos depois de tê-lo lido pela primeira vez, encontro meu traço a lápis sublinhando uma frase que diz, “mas estudos culturais formam um termo admiravelmente manipulável, adaptável a muitos contextos locais” (1999: 46; minha tradução). Bem, se a tradução pode viver sob o teto dos Estudos Culturais é apenas porque eles podem adaptar-se a receber quase qualquer hóspede e porque, não se constituindo em um “local disciplinar duradouro”, não passam de outro nome para o desabrigo acadêmico dos Estudos da Tradução (Pym, 1999: 46).

Para Inês Signorini e Marilda C. Cavalcanti (1998: 7), a Linguística Aplicada era “uma subárea do conhecimento, originalmente circunscrita e periférica, que ‘explodiu’ ao longo dos anos 90”. O mesmo pode ser dito dos Estudos da Tradução. Foi em 1990 que Susan Bassnett e André Lefevere (1995) discutiram a “virada cultural” pela qual a tradução vinha passando. No mundo de hoje, os Estudos da Tradução já estão bem consolidados como área do conhecimento. No Brasil, porém, persiste a sua falta de reconhecimento institucional, decorrente, em grande medida, do preconceito utilitarista que rejeita a tradução como pensamento sobre a linguagem e a aprisiona num conjunto de aplicação de técnicas e métodos linguísticos que servem a determinadas demandas acadêmicas, culturais ou mercadológicas.

No início da década de 90, Cristina Carneiro Rodrigues (1993: 179–180) afirmava que a Linguística Aplicada costumava ser vista “como receptora passiva de teorias linguísticas” e, de forma semelhante, a tradução costumava ser vista como “modo de agir empírico e intuitivo”, dependente da fundamentação científica advinda da Linguística. Todavia, Rodrigues também reconhecia que o “espaço institucional e acadêmico” da Linguística Aplicada já era maior do que o ocupado pela tradução. Se a Linguística Aplicada venceu a barreira da mera aplicação de teorias advindas da Linguística, os Estudos da Tradução ainda são vistos por muitos, talvez pela maioria, como trabalho técnico incapaz de produzir teoria.

No entanto, dada a inegável existência dos Estudos da Tradução (ou da Tradutologia, em outros contextos), não seriam eles o abrigo da tradução em vez de serem os desabrigados? Sim, para contrariar Pym e oferecer uma resposta direta. Mas isso não fecha as portas da Linguística Aplicada à tradução.

Estas palavras introdutórias deixam clara a complexidade da questão que se instaura quando perguntamos qual é o lugar da tradução na Universidade e se a tradução poética tem um lugar na Linguística Aplicada.

## **2. Pontos de contato: o poético, o ético, o político**

Se a Linguística Aplicada trabalha com a interação entre pessoas por meio da linguagem em situações reais, então a tradução, enquanto espaço privilegiado para o estudo de questões concretas de natureza linguística,

cultural, política, ética, poética etc., naturalmente encontra nela um lugar. Além disso, traduzir e estudar traduções são tarefas que convidam todo o tempo à interdisciplinaridade. Isso responde afirmativamente à pergunta que abre este texto. Vamos às reflexões que me levaram à resposta.

Em “Afinal, o que é Linguística Aplicada”, Luiz Paulo da Moita Lopes (1996: 20) define Linguística Aplicada como “uma ciência social, já que seu foco é em problemas de uso da linguagem enfrentados pelos participantes do discurso no contexto social, isto é, usuários da linguagem (leitores, escritores, falantes, ouvintes) dentro do meio de ensino/aprendizagem e fora dele [...]”. Ainda para Moita Lopes (1996: 20), o foco deve ser colocado sobre “a linguagem da perspectiva do uso/usuário no processo de interação linguística escrita e oral”. Tão importante quanto essa definição é a revisão do próprio autor, dez anos mais tarde, sobre o papel da Linguística Aplicada, que estaria, na verdade, mais interessada em problematizar do que em resolver problemas (Moita Lopes, 2006: 20; 2009: 19).

Temos até aqui alguns pontos de contato entre tradução e Linguística Aplicada. Ambas envolvem leitores e escritores (com tradutores incluídos em ambas as categorias) enquanto participantes do discurso. Além disso, tradutores e teóricos da tradução são cada vez mais frequentemente convidados a problematizar, isto é, a questionar velhos paradigmas: quem traduz é estimulado a fazê-lo consciente da natureza política de seu trabalho e quem teoriza, a abandonar cada vez mais discussões sobre certo e errado, balizadas em regras autoritárias às quais a tradução deveria obedecer, em prol de investigações que possibilitem compreender a força discursiva da tradução, para longe do paradigma da fidelidade.

Alastair Pennycook (2010: 2; minha tradução) constataria que “enquanto os trabalhos feministas e antirracistas” podem parecer “críticos por definição”, outras “áreas de trabalho que também adotaram posturas críticas em relação a seus objetos de estudo [não] se apresentaram da mesma forma”, como é o caso da tradução. Pennycook (2006: 72) situa a tradução como um dos domínios da Linguística Aplicada e pergunta: “que questões relativas ao poder subjazem às diferentes versões de uma tradução?”; “outros têm acesso aos processos da tradução?”; “outros podem ter acesso aos processos da tradução?”; “que formas de diferença emergem em traduções alternativas?”; “por que ainda são preferíveis certas interpretações?”.

Mas, para muitas pessoas, mesmo dentro das universidades, a tradução é uma atividade técnica de substituição de um texto por outro que diz, ou tenta dizer, a mesma coisa que o original. Portanto, uma atividade não afeita a debates de natureza política.

Para Branca Falabella Fabrício (2006: 48–49), com a “virada linguística e cultural”, “virada crítica”, ou “virada icônica”, a Linguística Aplicada revisou as suas bases epistemológicas. Aqui, mais um ponto de contato: também nos

Estudos da Tradução ocorreu uma “virada cultural”, quando eles passaram, segundo Bassnett e André Lefevere (apud Baker, 1999: 16; minha tradução), a “tratar do problema da ideologia, mudança e poder na literatura e na sociedade, de forma a confirmar a função central da tradução como força modeladora”.

É Fabrício (2006: 60) também quem afirma que os trabalhos da Linguística Aplicada precisam ser apresentados como fabricação de “edifícios” móveis, cujos ‘alicerces’ líquidos não permitem a solidificação do conhecimento ‘erguido’, seu esgotamento ou o alcance de um alvo certo”. E, ao tratar da questão ética, a autora se pergunta: “o que ganhamos ao atribuir privilégio ao ‘entre’ e ao estado de interstício, se em nossa cultura somos educados para procurar ancoragens seguras?” (Fabrício, 2006: 61). O “entre” não é um não-lugar, mas um lugar que pode ser o da transgressão, o que constitui, sempre, uma ameaça aos poderes constituídos. Ameaça que a literatura, incluída a tradução poética, teima em fazer. Na tradução se questionam as noções de autoridade do autor e do original — e das forças que querem manter essas duas instâncias acima do tradutor e da tradução. Na verdade, tradução é puro intermédio; lida como tradução não permite a fixação; é sempre processo; é texto mais do que obra, nos termos de Roland Barthes (1987). A tradução, em suma, frustra qualquer sonho de estabilidade, estimula o diálogo e faz pensar nas diferenças. A tradução é travessia vacilante. Lê-la como se não fosse tradução, como a ilusão do original, é tentar confortavelmente manter-se em ilusória segurança, tentando esquecer que o original também vacila.

O tradutor e o estudioso da tradução precisam pautar seus trabalhos pela responsabilidade ética, pois suas escolhas são intervenções, isto é, posturas assumidas socialmente. Nesse ponto é relevante o que Meschonnic tem a dizer:

Não defino ética como uma responsabilidade social, mas como a busca de um sujeito que se esforça em constituir-se como sujeito por sua atividade, uma atividade tal em que é sujeito aquele para quem um outro é sujeito. E nesse sentido, como ser de linguagem, esse sujeito é inseparavelmente ético e poético. É no contexto dessa solidariedade que o ético da linguagem se refere a todos os seres de linguagem, cidadãos da humanidade, e é nisso que o ético é político. (Meschonnic, 2007: 8; minha tradução)

Estão assim unidos o ético, o poético e o político. E isso nos lembra que a tradução tem lugar no que Moita Lopes (2006: 103–104) chamou de “coligação anti-hegemônica que colabora na construção de significados oriundos de outras vozes”. Lembra-nos, também, a denúncia de Pennycook (1998: 28–29) da tendência a abordagens eurocêntricas, apolíticas e a-históricas da linguagem.

Literatura e tradução literária são manifestações discursivas, mas graças ao poético, e não apesar dele. Como escreveu Jean Paul Sartre (1965, p 32), “ninguém é escritor por ter escolhido dizer certas coisas, mas por ter escolhido dizê-las de uma certa forma”.

O ato criador não é mais do que um momento incompleto e abstrato da produção de uma obra; se o autor existisse sozinho, poderia escrever o quanto quisesse, que a obra como objeto jamais veria a luz e ele teria que abandonar a pena ou se desesperar. Mas a operação de escrever implica a de ler como seu correlativo dialético e esses dois atos conexos necessitam de dois agentes distintos. É o esforço conjugado do autor e do leitor que fará surgir esse objeto concreto e imaginário que é a obra do espírito. Não há arte a não ser para e pelo outro. (Sartre, 1965: 54–55; minha tradução)

Voltando à questão da virada cultural, Bassnett e Lefevere afirmam que

as questões que hoje [fim da década de 1990] dominam o campo [da tradução] podem fazê-lo porque as pesquisas realizaram uma ‘virada cultural’, porque as pessoas da área começaram a perceber, há algum tempo, que traduções jamais são produzidas em um vácuo, da mesma forma que jamais são recebidas em um. (Bassnett e Lefevere, 1998: 3; minha tradução)

Na reflexão de Fabrício (2006: 57), “falar uma língua é uma prática social ou uma forma de vida”. E é tanto poética quanto socialmente engajada a definição de poema dada por Meschonnic (2007: 27, 53; minha tradução): “entendo por poema a transformação de uma forma de linguagem por uma forma de vida e a transformação de uma forma de vida por uma forma de linguagem”, o que faz com que o poema seja visto como “um ato ético”. O poema, entendido para além da definição formal (como praticamente sinônimo de texto em verso), passa a se referir a todas as criações poéticas, e forma e conteúdo juntos assumem o sentido de “organização e de invenção de uma historicidade, configuração de um sistema de discurso” (Meschonnic, 2007: 53; minha tradução). A tradução poética faz parte desse sistema; ela é uma prática social e uma forma de vida, um ato ético. Ela não nasce do nada nem existe no vazio.

Decerto a arte não é o único meio pelo qual poderemos nos relacionar com o mundo e com os outros. Mas é preciso ressaltar a criação poética como uma das formas de nos posicionarmos no mundo. Devemos fazer com que esse

posicionamento seja o de ampliar as vozes de liberdade e diversidade e criticar as vozes de opressão e uniformidade. A tradução tem papel fundamental nisso.

### 3. O sujeito histórico

A tradução poética, portanto, pode fazer com que nos relacionemos com as diferenças. Ela pode ser uma atividade engajada no reconhecimento da alteridade também por ter ser capaz de perceber um “outro”, um estrangeiro que habita um lugar mais próximo do que imaginamos, a nossa própria língua. Eis a via de mão dupla da tradução: ela nos permite tanto trazer o estrangeiro à nossa língua quanto descobrir o estrangeiro que já a habitava.

Para que o sujeito histórico se manifeste, é preciso que a tradução não seja mais vista como “uma atividade que se realiza através do uso de habilidades intelectuais aplicadas à linguagem humana, [visando] à transferência de significado de um código linguístico para outro”, como sustentava, em 1987, Maria Candida Bordenave (2012: 19). Nessas abordagens decodificadoras, os sentidos tendem a ser tomados como estáveis e abstratos, desvinculados das circunstâncias da vida.

Quanto à relação da arte com a vida, a via que as liga também tem mão dupla. Vida e arte se formam mutuamente; trocam material entre si num relacionamento horizontal em que não há subserviência de uma parte à outra. A vida empresta o material à arte esperando que este um dia lhe seja devolvido transformado, transfigurado. O estilo do escritor é mais do que a exposição neutra de um ideal de beleza: é uma maneira de agir no mundo. É no ritmo — no sentido próprio que Meschonnic dá ao conceito em sua teoria — que o indivíduo se transforma em sujeito histórico:

Eu não considero mais o ritmo uma alternância formal ente o mesmo e o diferente, entre tempos fortes e tempos fracos [mas] a organização e a própria operação do sentido no discurso. Isto é, a organização (da prosódia à entonação) da subjetividade e da especificidade de um discurso: sua historicidade. (Meschonnic, 1999: 125; minha tradução)

Maria Tymoczko (2005: 276–277; minha tradução), tratando de *Ulysses* (1922), de James Joyce, afirma que os diferentes estilos empregados pelo escritor “são correlativos objetivos de diferentes visões sobre o mundo [e] demonstram a maneira como padrões comuns da língua sempre formam a percepção de uma pessoa sobre o mundo”. Mas o escritor também subverte esses padrões, a doxa, que, para Barthes, é originária do mundo burguês e está encarnada na linguagem, “instituição” que aloja ao mesmo tempo “o inimigo e as armas para combatê-lo” (Perrone-Moisés, 1983: 73). Se a doxa está na linguagem, logo

uma única saída resta àquele que deseja contribuir com sua linguagem para mudar o mundo: aceitar, aparentemente, os constrangimentos da língua e os usos discursivos correntes, entrar no jogo e sabotar suas regras do interior. Deslocar, sutil e constantemente, seus pontos fixos; descobrir os pontos frágeis onde é possível mudar as regras sem destruir a compreensibilidade. Pouco a pouco e teimosamente, ir corroendo, como um cupim, essa construção monumental.

A metáfora utilizada, uma vez, por Barthes, é a do contrabando: assim como um ladrão de carro o pinta de outra cor, modifica seus acessórios e o reintroduz no mercado, o intelectual pode pôr em circulação objetos discursivos aparentemente legais, mas verdadeiramente escandalosos, perturbadores da ordem e da economia geral dos sentidos. (Perrone-Moisés, 1983: 74–75)

Quem se interessa pelo papel político do ser humano e acredita que ele deve ser considerado pela Linguística Aplicada, deve escutar o que diz Jacques Rancière (2005: 59–60): “o homem é um animal político porque é um animal literário, que se deixa desviar de sua destinação ‘natural’ pelo poder das palavras”.

A tradução poética estabelece diálogo entre nós e os outros por meio da transfiguração pela qual os elementos da vida, nossas experiências, passam ao tornarem-se arte. Evidentemente, literatura é discurso, mas é discurso poético. Tentar desentranhar o conteúdo de um texto é tentar separar o *quê* do *como*, separar o discurso da organização textual que lhe permite existir. Significa, em última análise, matar o sujeito histórico do texto.

Com toda razão, Evando Nascimento (2008: 136) explica que a opção do uso de discurso literário em lugar de literatura demonstra “que se aborda esse domínio a partir de certos pressupostos teóricos, que se contesta uma abordagem hermenêutica, ou uma abordagem estruturalista e que se levam em conta as instituições associadas à literatura, ao interdiscurso, à circulação de obras, etc.”. Eu diria que “discurso literário” só não é uma expressão vazia se ele implicar um tratamento da literatura que efetivamente a situe como o lugar onde o *quê* e o *como* convivem indissociavelmente no contínuo do ritmo, como defende Meschonnic, e onde o poético, o ético e o político se aliam.

Uma questão com a qual linguistas aplicados se defrontam é a formação do conhecimento. Pensar o sujeito na tradução não é algo que se possa fazer olhando fixamente para os postulados de uma disciplina. Para Ives Bonnefoy (2000: 19), tradutor francês de Shakespeare, “a questão da tradução transcende as reflexões que os especialistas podem fazer sobre os aspectos particulares de

sua tarefa”. Os estudiosos da tradução necessitam de uma visão ampla sobre os fatos do mundo para lidarem com a complexa rede intertextual que os textos lhes põem à frente. Isso significa que tradutor, pesquisador da tradução e linguista aplicado não podem fechar-se em disciplinas e fazer incursões esporádicas para fora delas, para a vida. Eles devem estar cientes que estão lidando com a linguagem em uso, isto é, com formas de vida. Voltando a Meschonnic (1999: 75–76; minha tradução), é importante “situar a tradução numa teoria que vincula o sujeito e o social”, o que não pode ser feito por uma tradutologia, ou “ciência da tradução”, mas por uma poética da tradução, que a entenda como “o melhor testemunho da implicação recíproca entre a historicidade e a especificidade das formas de linguagem como formas de vida. Com sua ética e sua política”.

Moita Lopes põe em xeque a utilidade das formas de pensamento consagradas. Para ele, a Linguística Aplicada

é indisciplinar tanto no sentido de que reconhece a necessidade de não se constituir como disciplina, mas como uma área mestiça e nômade, mas principalmente porque deseja ousar pensar de forma diferente para além de paradigmas consagrados, que se mostram inúteis e que precisam ser desaprendidos para compreender o mundo atual. (Moita Lopes, 2009: 19)

Tal como Moita Lopes, Meschonnic (2007: 19; minha tradução) recrimina nossa maneira de pensar, comparando-a a “um salsichão em rodela”, isto é, condicionada pelas categorias da razão originárias do século XIX, base das atuais disciplinas universitárias e muitas vezes um verdadeiro golpe contra o pensamento. Confunde-se, segundo Meschonnic, o pensar com os saberes necessários à manutenção da ordem. As diversas configurações do mundo, que já se movia antes do século XVI de Montaigne, e que se move hoje ainda mais rápido, nos convocam a transformar os saberes em pensamento, a abandonar velhas formas de “pensar”.

#### 4. Conclusão

Na tradução, assim como na Linguística Aplicada, a *parole* não está excluída das discussões; ela movimentava as suas principais polêmicas, convidando as pessoas historicamente situadas a assumirem papel na construção dos problemas investigados. Como escreveu Mariano García-Landa (1984: 62; minha tradução), ainda na década de 1980: “a rigor, a tradução vive no mundo da fala, e quem não compreendeu essa primeira verdade não compreenderá nada de tradução”. Ou, como escreveu mais tarde Meschonnic

(2007: 46 e passim; minha tradução), o ritmo, aquilo que deve ser traduzido, é “a organização do movimento da fala [*parole*]”.

Concluo este texto com uma provocação. O lugar comum maior da tradução é “não se traduz a língua, mas a cultura”. Frase sempre pronunciada com ar de inteligência. A tradução poética, na sua dimensão ética e política, constrói um ponte — entre pessoas, entre diferenças, entre culturas, entre outros —, e essa ponte é fruto do trabalho poético, não precisa determiná-lo. É escrevendo a tradução que a ponte se constrói. Mas não se escreve necessariamente com o intuito de construí-la. A imagem do tradutor-ponte, do tradutor-mediador, do tradutor-facilitador se aproxima perigosamente da tentativa de domesticação do outro, da homogeneização do estético, do controle do sensível: eu (tradutor) construo a ponte de que sei que você (leitor) precisa. Certo, a ponte é construída e o leitor é considerado (não há ética sem um outro), mas a motivação da tradução poética não é necessariamente fazer a ponte, agir como intérprete pelo leitor. Portanto, quem traduz literatura pode se pautar pela aventura da travessia e não pela segurança da ponte; e dessa travessia nasce a arte, que pulsa, que se posiciona, que critica e que, por isso e dessa forma, faz a ponte.

## Referências

BAKER, Mona. 1999. Linguística e estudos culturais: paradigmas complementares ou antagônicos nos estudos de tradução? Tradução de Marcia A. P. Martins e Patricia Broers-Lehmann. In: MARCIA, A. P. Martins (org.) **Tradução e Multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Lucerna. 15–34.

BARTHES, Roland. 1987. Da obra ao texto. In: **O rumor da língua**. Tradução de António Gonçalves. Lisboa: Edições 70. 55–61.

BASSNETT, Susan e LEFEVERE, André. 1995. Proust's Grandmother and the *Thousand and One Nights*: the “Cultural Turn” in Translation Studies. In: \_\_\_\_\_ (orgs.). **Translation, History and Culture**. Londres: Pinter. 1–13.

BASSNETT, Susan e LEFEVERE, André. 1998. **Constructing Cultures: Essays on Literary Translation**. Clevedon: Multilingual Matters.

BORDEANVE, Maria Candida. 2012. Fundamentos de uma metodologia de ensino da tradução. **Tradução em revista**, PUC-Rio, 2012, n. 13, 18–22.

CATFORD, J. C. 1978. **A Linguistic Theory of Translation. An Essay in Applied Linguistics**. Oxford: Oxford University Press.

FABRÍCIO, Branca Falabella. 2006. Linguística Aplicada como espaço de “desaprendizagem”. Redescritções em curso. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editoria. 45–65.

GARCÍA-LANDA, Mariano. 1984. Análisis del concepto de traducción. **Tradução e Comunicação. Revista Brasileira de Tradutores**, São Paulo, n. 4, 59–70.

MESCHONNIC, Henri. 1999. **Poétique du traduire**. Lonrai: Verdier.

\_\_\_\_\_. 2007. **Éthique et politique du traduire**. Paris: Verdier.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. 1996. Afinal, o que é Linguística Aplicada. In: \_\_\_\_\_ (org.) **Oficina de Linguística Aplicada. A natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas**. Campinas: Mercado de Letras. 17–24.

\_\_\_\_\_. 1998. A transdisciplinaridade é possível em Linguística Aplicada?. In: SIGNORINI, Inês e CAVALCANTI, Marilda C. (orgs.). **Linguística Aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas**. Campinas: Mercado de Letras. 113–128.

\_\_\_\_\_. 2006. Linguística aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: \_\_\_\_\_ (org.) **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo, Parábola Editoria. 85–107.

\_\_\_\_\_. 2009. Da aplicação de Linguística à Linguística Aplicada indisciplinar. In: PEREIRA, R. C. M. e ROCA, M. P. (orgs.) **Linguística Aplicada: um caminho com diferentes acessos**. São Paulo: Contexto. 11–24.

MONTAIGNE, Michel de. 1923. Du repentir. **Essais de Michel de Montaigne**. Vol. 3. Organização de Pierre Villey. Paris: Librairie Félix Alcan. 26–44. [www.archive.org](http://www.archive.org). Acessado em 07 de março de 2023.

NASCIMENTO, Evando. 2008. Texto, textualidade, contexto. In: SIGNORINI, Inês (org.) **(Re)discutir texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola Editorial. 109–131.

PENNYCOOK, Alastair. 1998. A Linguística Aplicada dos anos 90: em defesa de uma abordagem crítica. Tradução de Denise B. Braga e Maria Cecília dos Santos Fraga. In: SIGNORINI, Inês e CAVALCANTI, Marilda C. (orgs.). **Linguística Aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas**. Campinas: Mercado de Letras. 23–49.

\_\_\_\_\_. 2006. Uma linguística aplicada transgressiva. Tradução de Luiz Paulo da Moita Lopes. In: LOPES, Luiz Paulo da Moita. **Por uma Linguística Aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial. 67–84.

\_\_\_\_\_. 2010. Critical and Alternative Directions in Applied Linguistics. **Australian Review of Applied Linguistics**, vol. 33, n. 2, 1–16.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. 1983. **Roland Barthes**. São Paulo: Brasiliense.

PYM, Anthony. 1999. Why Translation Studies Should Learn to Be Homeless. In: MARCIA, A. P. Martins (org.) **Tradução e Multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Lucerna. 35–51.

RANCIÈRE, Jacques. 2005. **A partilha do sensível**. Tradução de Mônica Costa Neto. São Paulo: Editora 34.

REUILLARD, Patrícia Chittoni Ramos et al. Pela inserção dos Estudos da Tradução nas rubricas da Capes e do CNPq. In: \_\_\_\_\_ (orgs.). **Horizontes da tradução. Perspectivas do GTTRAD / ANPOLL**. João Pessoa: Editora do CCTA / UFPB, 2024. 13–31.



RODRIGUES, Cristina Carneiro. 1993. Linguística Aplicada e tradução: algumas relações. **Alfa**, São Paulo, n. 37, 179–186.

SARTRE, Jean-Paul. 1965. **Qu'est-ce que la littérature?** Saint-Amand: Gallimard.

SIGNORINI, Inês e CAVALCANTI, Marilda C. (org.). 1998. Introdução. In: **Linguística Aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas**. Campinas: Mercado de Letras. 7–19.

TYMOCZKO, Maria. 2005. Joyce's Postpositivist Prose Cultural Translation and Transculturation. In: MUTRAN, H. Munira e IZARRA, Laura. P. Z. (orgs.) **Irish Studies in Brazil**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas. 261–294.